

<https://doi.org/10.20396/rbest.v2i..14882>

DOSSIÊ: DESIGUALDADE

Duas visões sobre o crescimento da desigualdade de renda no capitalismo contemporâneo

*Tomás Pernías**

Resumo

Este artigo busca responder a seguinte pergunta: o crescimento da desigualdade de renda no cenário hodierno é um processo inevitável entre as tendências do capitalismo contemporâneo? Para entender o debate, a argumentação está dividida da seguinte maneira. Em primeiro lugar, há uma contextualização do tema. Em seguida, o artigo traz uma síntese dos argumentos mais utilizados por economistas ortodoxos para justificar o crescimento da desigualdade de renda na economia contemporânea. Na sequência, o artigo retrata outra forma de entender o crescimento da desigualdade, analisando tendências atuais da desigualdade e alguns fatores que contribuem para a concentração da renda e da riqueza. Nas considerações finais, o artigo conclui que enfrentar a desigualdade social é uma escolha política, uma vez que há meios suficientes para combater o aumento da desigualdade de renda.

Palavras-chave: Distribuição de renda; Mercado de trabalho; Capital humano; Injustiça tributária.

JEL: D31; E24, H24, O15.

* Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, UNICAMP, Brasil.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1769-139X>

E-mail: tomasrip25@gmail.com



Agradecimento: O presente artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

Two views on the growth of income inequality in contemporary capitalism

Abstract

This article seeks to answer the following question: is the growth of income inequality in the current scenario an inevitable process among the trends of contemporary capitalism? To understand the debate, the text is divided as follows. First, there is a contextualization of the theme. Then, the article provides a summary of the arguments most used by orthodox economists to justify the growth of income inequality in the contemporary economy. Following, the article portrays another way of understanding the growth of inequality, analyzing current trends in inequality and some factors that contribute to the concentration of income and wealth. In the final remarks, the article concludes that tackling social inequality is a political choice, since there are sufficient means to combat the growth of inequality.

Keywords: Income distribution; Labor market; Human capital; Tax injustice.

Dos visiones sobre el crecimiento de la desigualdad de ingresos en el capitalismo contemporáneo

Resumen

Este artículo busca dar respuesta a la siguiente pregunta: ¿es el crecimiento de la desigualdad de ingresos en el escenario actual un proceso inevitable entre las tendencias del capitalismo contemporáneo? Para entender el debate, el texto se divide de la siguiente manera. Primero, hay una contextualización del tema. Luego, el artículo ofrece una síntesis de los argumentos más utilizados por los economistas ortodoxos para justificar el crecimiento de la desigualdad de ingresos en la economía contemporánea. A continuación, el artículo presenta otra forma de entender el crecimiento de la desigualdad, analizando las tendencias actuales de la desigualdad y algunos factores que contribuyen a la concentración de la renta y la riqueza. En las observaciones finales, el artículo concluye que abordar la desigualdad social es una opción política, ya que existen medios suficientes para combatir el aumento de la desigualdad de ingresos.

Palabras clave: Distribución del ingreso; Mercado de trabajo; Capital humano; Injusticia Fiscal.

Deux points de vue sur la croissance des inégalités de revenus dans le capitalisme contemporain

Résumé

Cet article cherche à répondre à la question suivante: la croissance des inégalités de revenus dans le scénario actuel est-elle un processus inévitable parmi les tendances du capitalisme contemporain? Pour comprendre le débat, le texte est divisé comme suit. Premièrement, il y a une contextualisation du thème. Ensuite, l'article résume les arguments les plus utilisés par les économistes orthodoxes pour justifier la croissance des inégalités de revenus dans l'économie contemporaine. L'article décrit ci-après une autre façon de comprendre la croissance des inégalités, en analysant les tendances actuelles des inégalités et certains facteurs qui contribuent à la concentration des revenus et de la richesse. Dans les remarques finales, l'article conclut que la lutte contre les inégalités sociales est un choix politique, car il existe des moyens suffisants pour lutter contre l'augmentation des inégalités de revenus.

Mots clés: La répartition des revenus; Marché du travail; Capital humain; Injustice fiscale.

Introdução

Em resumo: aquele que pede reformas igualitárias de acordo com os tempos e as circunstâncias, como o socialista, baseia-se na história. Aquele que defende a constituição de uma sociedade igualitária, em que todas as diferenças são consideradas irrelevantes no que diz respeito à distribuição das vantagens e das desvantagens, voa pelos céus da utopia (Bobbio, 1999, p. 46).

No livro *Zombie Economics*, John Quiggin (2010) discute pressupostos econômicos que, mesmo após a comprovação de serem equivocados, insistem em “não desaparecer”. Mesmo depois do surgimento de amplas evidências de seus equívocos, tais teorias econômicas “seguem vivendo”, pois apresentam alguma utilidade, pelo menos para certos grupos. São as “ideias zumbi”, que já deveriam estar enterradas, mas seguem retornando sob novas e diferentes formas.

Um exemplo atualíssimo de uma ideia zumbi é a hipótese de “mercados eficientes”: consoante essa forma de pensar, o mercado, sempre ciente da melhor maneira de estimar investimentos e valorizar ativos numa economia de livre concorrência, alocará os recursos de modo a maximizar a eficiência do sistema. O mercado, povoado por agentes racionais, desse modo, estaria imune às decisões irracionais que poderiam minar a confiança na economia, e evitaria as “escolhas ruins”, tipicamente tomadas por funcionários incompetentes do governo (Quiggin, 2010). Contudo, após a crise financeira de 2008, quando ficou cristalino que nem os banqueiros conseguiam compreender o que se passava nos seus próprios balanços, parecia descabido afirmar que o mercado financeiro, supostamente dotado daquela racionalidade, deveria permanecer desregulado para favorecer escolhas mais eficientes. Entretanto, não havia motivo para baixar a guarda: passada a turbulência, essa ideia se levantou da tumba para aterrorizar a economia novamente.

Uma das ideias zumbi mais poderosas que se pode destacar é a noção da “economia do gotejamento” (*trickle down economics*). Resumidamente, os economistas crentes no poder da economia do gotejamento dizem que as políticas públicas que favorecem aos ricos irão, em longo prazo, produzir benefícios para a população como um todo. Assim, a adoção de um sistema tributário leniente com os ganhos dos investidores produziria impactos positivos sobre os investimentos, o que, eventualmente, aumentaria a renda nacional, fazendo com que a riqueza gotejasse para os estratos sociais inferiores. Entretanto, é preciso salientar que os anos após a Segunda Guerra Mundial, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, foram

marcados por uma redução substancial da desigualdade, junto ao pleno emprego e prosperidade durante longos anos. Nas décadas recentes, contudo, a globalização financeira, junto ao renovado poder da direita política, restringiu a capacidade que os governos possuíam de redistribuir a renda nacional. A partir dos anos 1980, a desigualdade social voltou a crescer (Quiggin, 2010).

O pressuposto largamente aceito por economistas liberais de que o enriquecimento dos ricos irá, necessariamente, beneficiar os pobres, teve um papel preponderante ao moldar a institucionalidade do capitalismo contemporâneo, bem como ao moldar o entendimento – equivocado – que as pessoas têm sobre a economia. Embora muitos economistas continuem acreditando na economia do gotejamento, as análises empíricas desmentem esse postulado: os ricos se tornam mais ricos, enquanto a pobreza persiste.

Em tom didático, Ha-Joon Chang procura derrubar essa ideia zumbi, de que as pessoas pobres só poderão prosperar se, com o tempo, os ricos ficarem mais ricos. O autor resume as ideias da “economia do gotejamento” da seguinte forma: no longo prazo, políticas “pró-ricos” estimulam o crescimento, ao passo que as medidas “pró-pobres” reduzem o crescimento. Chang argumenta que, entre os anos de 1960 e 1970, durante a “era de ouro do capitalismo”, em que se registrou uma queda substancial da desigualdade na maioria dos países capitalistas ricos, a economia cresceu, em média, mais de 3% ao ano em termos *per capita*; mas, entre os anos de 1980 até 2009, marcados pelo predomínio das reformas neoliberais e o aumento acentuado da desigualdade, o crescimento do PIB per capita se reduziu para apenas 1,4% ao ano. Ou seja, desde 1980 os governos deram aos ricos uma fatia maior da torta por acreditar que eles criariam mais riqueza, tornando a torta maior. Todavia, o que se verificou foi uma redução no ritmo de crescimento da torta. Em síntese: não há garantia alguma de que a maior concentração de renda nos estratos superiores resulta em mais investimentos produtivos, e tampouco é seguro dizer que os pobres irão se beneficiar do crescimento da desigualdade. O simples fato de tornarmos os ricos mais ricos não contribui para a prosperidade do conjunto da sociedade (Chang, 2013).

Considerando esse problema teórico que a economia ortodoxa carrega consigo (os equívocos da “economia do gotejamento” e a crença de que a desigualdade é fundamental para o crescimento econômico) e os problemas concretos que as sociedades contemporâneas têm enfrentado (progressiva concentração da renda, da riqueza e do poder), pode-se questionar: O crescimento da desigualdade de renda durante as últimas décadas é um processo inevitável, fruto das transformações mais recentes do capitalismo contemporâneo? É um processo inelutável que decorre de tendências mais recentes do mercado de trabalho? Ou o crescimento dessas desigualdades é resultado de escolhas políticas?

Para avançar no entendimento das discussões envolvidas nessas perguntas norteadoras do artigo, a argumentação a seguir busca: 1) elencar os argumentos usualmente empregados pela ortodoxia para justificar o crescimento da desigualdade de renda nos últimos anos; 2) estabelecer um contraponto a estes argumentos, analisando tendências atuais da desigualdade de renda e apresentando contribuições heterodoxas relevantes para a desconstrução da narrativa ortodoxa; e; 3) apontar, na conclusão, que a sociedade possui alternativas viáveis para combater o crescimento da desigualdade social.

1. A visão ortodoxa sobre o crescimento da desigualdade de renda

No final da década de 1970, nos Estados Unidos, houve uma profunda mudança nas crenças que balizavam a condução da política econômica. Essa alteração radical do eixo ideológico se deu no sentido de aprofundar o fundamentalismo do livre mercado na sociedade: disseminou-se a ideia de que o Estado de bem-estar social americano teria, supostamente, se tornado “grande demais”, minando os incentivos para o crescimento do setor privado. A solução para reencontrar a senda do crescimento econômico repousaria, consoante os liberais, em mais desigualdade: um dos meios fundamentais de incentivar o trabalho e a geração de mais investimentos. A desregulação do mercado de trabalho, dos mercados financeiros, o encolhimento do Estado de bem estar social, e a formulação de sistemas tributários menos progressivos, desse modo, seriam os ingredientes para reaver a prosperidade social. Em termos gerais, conforme a visão econômica convencional, era preciso optar por índices mais elevados de desigualdade para se obter uma economia mais eficiente. Com base nessa visão do livre mercado, diversos países compraram os ingressos para o “grande experimento do *laissez-faire*” (Howell, 2013, December 4).

Uma das explicações mais tradicionais sobre o crescimento da desigualdade social nas últimas décadas, que remete ao economista Gary Becker, é baseada na ideia de que as transformações tecnológicas passaram a exigir trabalhadores mais qualificados, detentores de mais “capital humano”. Assim, o crescimento da desigualdade seria um reflexo da maior importância do capital humano na sociedade contemporânea: trabalhadores com mais conhecimento, habilidades e determinadas aptidões – capital humano – receberiam melhores remunerações. Para reduzir a desigualdade social, conforme essa maneira de compreender a desigualdade, seria preciso criar mais investimentos em capital humano, com o objetivo de aumentar a “quantia” de conhecimento na economia. Por uma questão de oferta x demanda, diminuir-se-ia o “prêmio” dos trabalhadores mais qualificados (Acemoglu & Autor, 2012).

Sem dúvida, é de Becker (1964), economista laureado com o Nobel em 1992, uma das principais contribuições à popularização dos estudos que priorizam o “capital humano”. Ele diz que a instrução, os treinamentos, os gastos com saúde e capacitação dos indivíduos

também podem ser considerados como capital, pois melhoram o bem-estar físico, aumentam a renda e capacidades mentais dos trabalhadores. Portanto, os investimentos em educação, os tratamentos médicos e os treinamentos profissionais são investimentos em capital – mas, em capital humano. Trata-se de um capital de natureza diferente, visto que não é possível separar o conhecimento, a saúde e as habilidades de uma pessoa. Não podem ser considerados ativos a serem comercializados como quaisquer outros: trata-se de um capital personificado, a personificação do capital. Ademais, os aprimoramentos na educação teriam, conseqüentemente, o efeito de aumentar a renda de uma pessoa. Como hipótese, os indivíduos com maior escolaridade, em geral, auferem rendimentos maiores do que a média. A teoria do capital humano assume que quanto maior é o grau de instrução de um indivíduo, tanto maior será o seu potencial para os seus ganhos monetários e para o seu incremento de “produtividade”, já que o aumento em conhecimento e nas habilidades gerais melhorará a resolução e a análise dos problemas individuais (Becker, 1964).

Theodore Schultz (1967), na mesma linha de pensamento de Becker, argumenta sobre o capital humano e o seu impacto na estrutura de renda. Segundo o autor, as habilidades individuais mais importantes a serem consideradas não seriam aquelas provenientes do berço familiar, mas, sim, aquelas capacitações adquiridas pelo próprio indivíduo, que investe em si, na busca da valorização de suas próprias capacidades. Essas habilidades configuram, de modo geral, o que Schultz denomina de “capital humano”. Segundo a lógica e a concepção de que a instrução tem a capacidade de elevar as futuras rendas do estudante, tem-se como consequência direta deste raciocínio que a instrução possui, deste modo, os atributos de um investimento (Schultz, 1967, p. 20). A “distribuição” das habilidades poderia, por conta disso, alterar radicalmente a estrutura de pagamentos e salários, a disposição pessoal da renda, poupança e a formação de capitais.

Mincer (2001), que investigou a relação entre capital humano e desenvolvimento econômico, reitera as hipóteses já apresentadas. Em sua visão, o conceito de capital humano tem papel fundamental nas teorias de crescimento econômico e mercado de trabalho. O autor postula que, no plano macroeconômico, o estoque de capital humano é central para o processo de incremento do produto, ao passo que, em aspecto microeconômico, as diferenças no capital humano são capazes de explicar parte considerável das estruturas de salários e remuneração.

Portanto, conforme a explicação tradicional do crescimento da desigualdade nos Estados Unidos, as raízes da desigualdade social estariam relacionadas às forças competitivas que atuam no mercado de trabalho. De acordo com essa visão, a desigualdade seria um mero reflexo da maior demanda por trabalhadores mais qualificados, de um lado, e uma diminuição da demanda por trabalhadores menos qualificados, de outro. Além disso, a demanda por trabalho qualificado não teria encontrado uma oferta adequada de trabalhadores, encarecendo

o preço do trabalho qualificado. Segundo essa tese, haveria algo como uma mudança tecnológica enviesada nas últimas décadas: as transformações tecnológicas e as novas exigências por trabalhadores aptos a lidar com as novas tecnologias teriam sido, conforme os adeptos dessa teoria, as grandes responsáveis por alargar o fosso da desigualdade de renda. O crescimento da desigualdade seria, portanto, em larga medida causado por fatores ligados à demanda e à oferta de trabalho qualificado, bem como por aspectos relacionados à insuficiência educacional e às inovações tecnológicas (Howell, 2013, December 4).

Assim, os economistas liberais pretendem explicar o aumento da desigualdade por meio dessa transformação tecnológica: o uso crescente de computadores e de novas tecnologias no local de trabalho teria aumentado significativamente a demanda por trabalhadores qualificados, ao mesmo tempo que rebaixou o “valor” dos trabalhadores menos qualificados (*low-skilled*) no mercado de trabalho. Nessas circunstâncias, os índices mais elevados de desigualdade de renda seriam atribuídos a uma mudança meramente tecnológica. (Howell & Wieler, 1995).

Ademais, Milanovic (2005) lembra o argumento comumente utilizado por economistas que procuram desqualificar a desigualdade como um problema social relevante. Segundo este argumento, os “problemas distributivos” seriam irrelevantes, ou – pior – a interferência na distribuição dos frutos econômicos seria algo prejudicial à economia. A preocupação com a repartição da renda seria uma política com viés populista, em última medida destrutiva, pois tratar-se-ia de uma briga que reduziria o tamanho da “torta”, deixando todos numa situação pior do que antes.

Martin Feldstein (1998) é um desses economistas que minimizam a urgência de enfrentar o crescimento da desigualdade. Na abertura de uma conferência no Federal Reserve, Feldstein assevera: a desigualdade não é um problema. Conforme o autor, o crescimento da desigualdade e o aumento dos rendimentos daqueles que já estão no topo da pirâmide social é o resultado dos seguintes fatores: o aumento da produtividade, o sucesso empresarial, o aumento das horas trabalhadas por pessoas bem remuneradas, o barateamento do custo do capital. Não se trata, diz o autor, de fazer uma defesa “funcional” da desigualdade, alegando que ela é benéfica para o crescimento econômico. Na realidade, diz Feldstein, trata-se de frisar que não há nada de errado com o aumento do bem-estar daqueles que já são ricos. O aumento da desigualdade resultante desse processo, portanto, não é algo problemático. A atenção dos economistas e da sociedade deveria ser direcionada para o combate da pobreza. Este sim, pondera o autor, é um problema que merece o empenho do governo.

Além disso, vale lembrar da proposição feita por Robert Lucas, ainda no início dos anos 2000: de todas as tendências prejudiciais à economia, nenhuma é tão perversa quanto aquela que procura focar na questão da distribuição. Segundo Lucas (2004, May 1), é

insignificante a contribuição de políticas redistributivas para todo o progresso social visto nos últimos 200 anos. O potencial que as políticas de redistribuição de renda e riqueza têm é demasiadamente limitado quando comparado aos efeitos do aumento da produtividade ao longo do tempo. Lucas (2004, May 1) e Feldstein (1998), portanto, personificam no cenário hodierno o papel que outros economistas cumpriram no passado: o de legitimar as desigualdades existentes, seja por meio de argumentos supostamente científicos, seja por meio de justificativas carregadas de teor moral. Ambas as maneiras de explicar a desigualdade, todavia, escondem um propósito específico e já revelado: o de estabelecer o crescimento da desigualdade social como um fenômeno neutro e impessoal.

2. Uma visão heterodoxa sobre o crescimento da desigualdade de renda

Há motivos suficientes para manter o ceticismo com relação à explicação tradicional da desigualdade, proposta pelos economistas liberais. David Howell e Susan Wieler, por exemplo, argumentam que não há evidências suficientes para provar que a maior demanda por trabalhadores qualificados teria sido o fator chave para explicar o crescimento da desigualdade. Em primeiro lugar, a literatura sobre o tema oferece resultados dúbios sobre a relação entre as transformações tecnológicas, a demanda por qualificação e a estrutura de remuneração. Em segundo lugar, houve, sim, maior demanda por trabalho qualificado durante a década de 1980. Todavia, desde então essa maior necessidade de trabalho qualificado não se acelerou ao longo do tempo, ao contrário da desigualdade social. Por fim, aqueles que argumentam que as mudanças tecnológicas impulsionaram a desigualdade o fazem por meio de justificativas apoiadas em modelos simplistas de “demanda x oferta” no mercado de trabalho, desconsiderando por completo o papel das instituições que representam os trabalhadores, o gasto público, as estratégias gerenciais e as normas sociais que influenciam na remuneração dos trabalhadores (Howell & Wieler, 1995).

Há, por parte daqueles economistas que creem que a desigualdade é impulsionada pela inovação tecnológica, portanto, um grande exagero no emprego de modelos demasiadamente simplórios para a determinação dos salários na sociedade. Esse argumento parece ignorar (ou se abster de comentar sobre) as dimensões políticas e sociais que caracterizam a formação dos salários numa economia. Assim, dizem Howell e Wieler (1995), esse sucesso da explicação “tradicional” sobre o crescimento da desigualdade não foi construído com base numa investigação empírica rigorosa, mas, em vez disso, baseou-se na dominância de modelos analíticos simples e rasos sobre o mercado de trabalho, que subsistem no estudo da economia.

Howell (2013, December 4) traz uma visão alternativa que não está relacionada à insuficiência educacional ou às mudanças tecnológicas. Ao longo das últimas décadas, houve

uma mudança na correlação de forças da sociedade: a maioria dos trabalhadores teve seu poder de barganha diminuído, enquanto poucos grupos mais bem posicionados para extrair recursos dos mercados imperfeitos viram sua influência – e seu poder – crescerem. A escalada da desigualdade social está, nesse raciocínio, relacionada ao fortalecimento da ideologia do livre mercado, à desregulamentação da economia, às novas práticas de governança corporativa e ao encolhimento do Estado de bem-estar social. Outros resultados negativos, além da desigualdade social, é a diminuição da mobilidade social ascendente e o aumento do poder das elites econômicas.

Apesar de grande parte dos frutos do crescimento econômico terem sido capturados pelas grandes empresas e pelo 1% mais rico da população durante os anos 2000, os líderes políticos (e lideranças intelectuais) seguiram negligenciando o problema. Por vezes, dizia-se que intervenções governamentais para conter a desigualdade seriam irrealizáveis; noutras vezes, que tais ações seriam ilegítimas. Parte desta negligência, é preciso ressaltar, é oriunda da grande capacidade que os ricos têm para moldar a atuação do Estado, a narrativa da mídia e o debate público conforme seus interesses, de maneira que não se proponha, nem se imponha, melhorias na estrutura de distribuição de renda (Wade, 2012).

O interesse dos ricos, todavia, não é suficiente para explicar todo o problema. Há uma questão ideológica que merece atenção: a crença, largamente enraizada na sociedade, de que a distribuição de riqueza (altamente desigual) pode ser justificada. Nesse modelo de sociedade, em que o governo é encorajado a deixar a distribuição de renda ao sabor do livre mercado, acredita-se que quaisquer tentativas de redução da desigualdade enfraquecerão os nexos existentes entre os esforços individuais e as suas devidas recompensas monetárias. Há de se mencionar, também, o infeliz papel que alguns economistas tiveram em legitimar a desigualdade por meio de justificações teóricas diversas. Gerações de economistas que poderiam ter apontado para os problemas relacionados à desigualdade social preferiram se abster do problema, por vezes, invalidando o debate. O aumento acentuado da desigualdade deveria ter levantado uma série de questionamentos em torno dos ganhos exorbitantes dos estratos sociais mais ricos. Contudo, tanto por parte da academia, como dos políticos, o silêncio sobre o assunto parece dizer o suficiente (Wade, 2012).

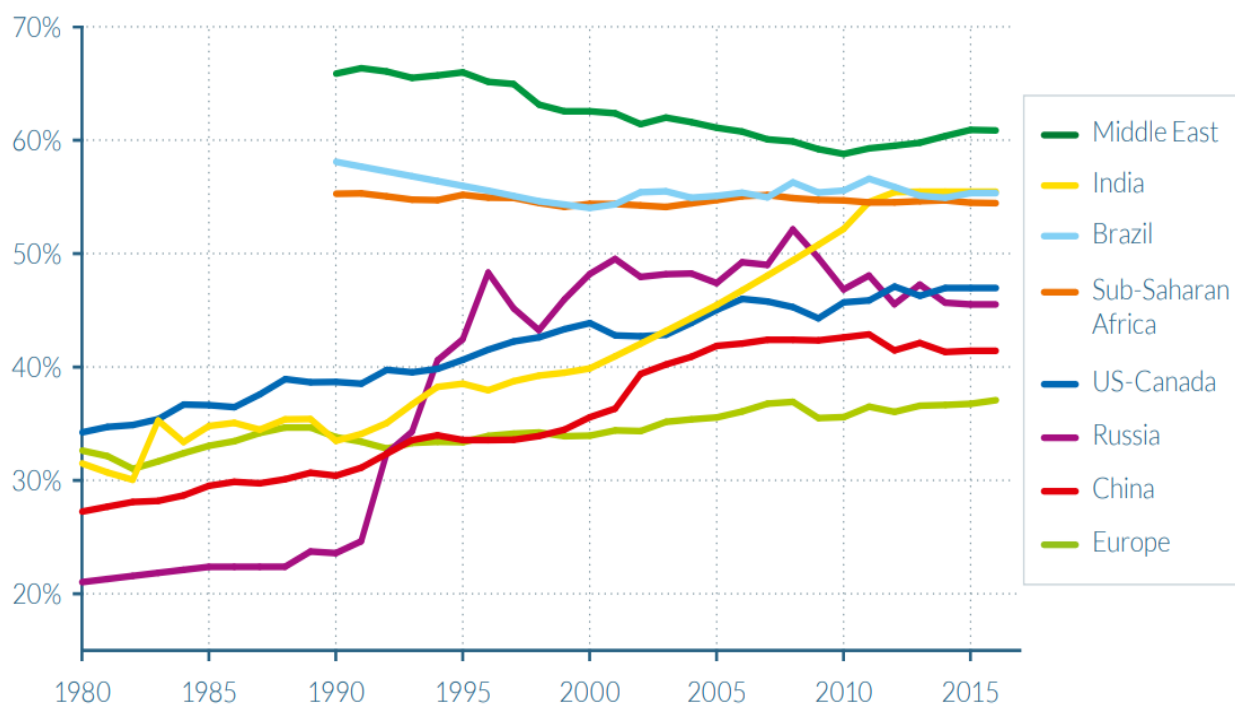
Robert Wade ressalta o papel fundamental que a adesão indiscriminada à ideologia neoliberal teve em aprofundar as desigualdades sociais. O âmago do neoliberalismo é a noção de que o mercado é o melhor mecanismo para solucionar problemas distributivos e orientar as aspirações humanas – ao contrário do Estado, uma instituição que, além de ineficiente, constrange as liberdades individuais. Entretanto, a parte pouco divulgada dessa história, é que o “mercado”, uma abstração apresentada como um mecanismo neutro e impessoal, é, na verdade, um eufemismo para se referir aos donos do capital, especialmente do capital

financeiro. Ou seja, a afirmação de que o “mercado” é o mecanismo adequado para solucionar determinado problema econômico remete, na realidade, às preferências e às demandas dos grupos dominantes (ou da elite que detém a riqueza financeira). Assim, a perseguição desenfreada pelas preferências “do mercado” termina por deslocar o equilíbrio de poder em favor dos donos do capital: o resultado é que a distribuição de renda passa a acontecer, cada vez mais, em benefício dos ricos (Wade, 2013).

Um documento valioso lançado em 2018, o *World Inequality Report 2018*, fruto da colaboração de diversos especialistas no tema, foi elaborado com o objetivo de fornecer detalhes e informações consistentes sobre os níveis de desigualdade de renda e de riqueza no panorama hodierno. As informações contidas no documento estão apoiadas num esforço coletivo de mais de 100 pesquisadores versados no tema sob a liderança de Facundo Alvaredo, Lucas Chancel, Thomas Piketty, Emmanuel Saez e Gabriel Zucman. Uma das principais conclusões do estudo, vale mencionar, é que a desigualdade de renda aumentou em quase todas as regiões do mundo nas últimas décadas. Entretanto, o fato de o nível de desigualdade de renda ser tão diferente conforme o país, mesmo considerando países em estágio similar de desenvolvimento, demonstra a importância que as instituições e as políticas nacionais assumem na determinação da desigualdade (Alvaredo et al., 2018).

10

**Gráfico 1. Participação dos 10% mais ricos na renda nacional.
Regiões e países selecionados, 1980-2016.**



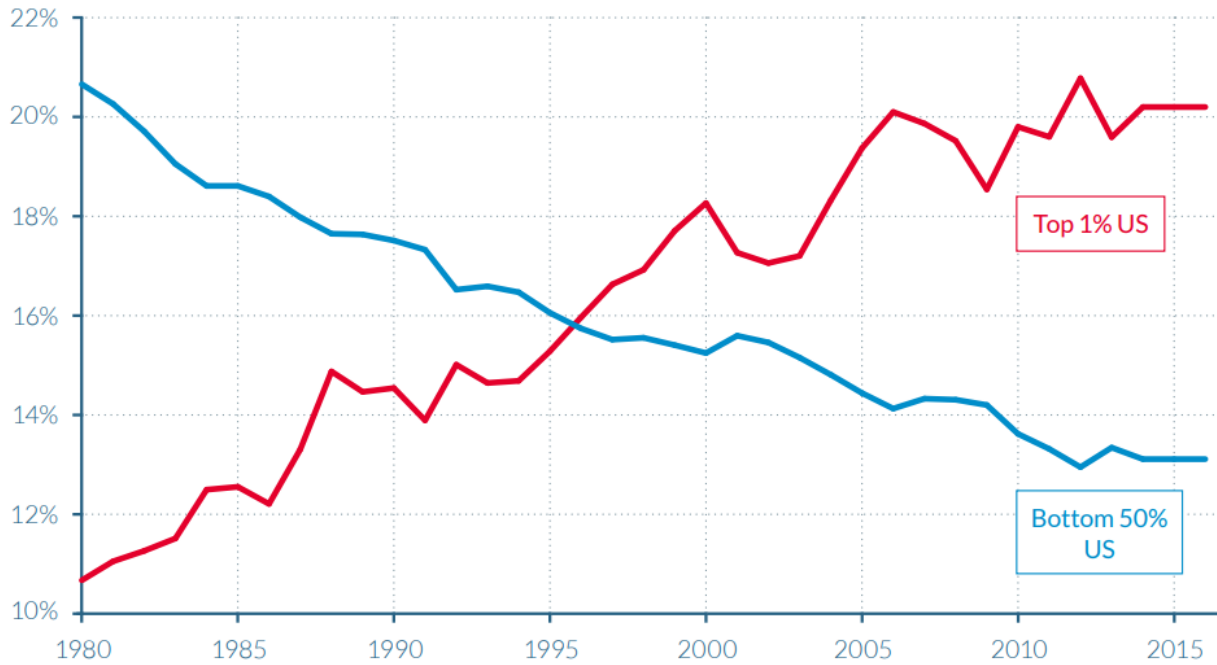
Fonte: WID.world (2017). Retirado de Alvaredo et al. (2018).

O Gráfico 1, retirado do *World Inequality Report 2018*, mostra a evolução da participação dos 10% do topo da pirâmide social na renda nacional em alguns países e regiões, nas últimas décadas. O aumento foi suavizado na Europa (de 33% em 1980 para 37% em 2016) e bastante abrupto na Rússia (de 24% em 1991 para 48% em 1996). Na América do Norte, a participação aumentou de 34% em 1980 para 47% em 2016; na China, de 27% para 41%; na Índia, de 31% para 55%, equiparando-se com a participação registrada no Brasil. A maior concentração de renda pertence aos países do Oriente Médio: os 10% mais ricos abocanham 61% da renda nacional. Desde 1980, a concentração de renda tem crescido, com velocidades diferentes, em países que eram mais igualitários, encerrando o padrão de distribuição de renda típico dos “anos de ouro”. A região mais desigual do mundo, o Oriente Médio, indica um patamar extremo, uma “fronteira da desigualdade”; num patamar um pouco abaixo estão países como Brasil, Índia e África do Sul, que também registram índices muito elevados de desigualdade social (Alvaredo et al., 2018).

Outra maneira de evidenciar o grau de concentração de renda é a contraposição entre a proporção da renda nacional apropriada pelo 1% mais rico da população e a porção que corresponde aos 50% da base da pirâmide social. Conforme se pode observar nos Gráficos 2 e 3, a parcela da renda nacional apropriada pelo 1% mais rico cresceu substancialmente nas últimas décadas nos Estados Unidos (a participação aumentou de 11% em 1980 para 20% em 2016), ao passo que na Europa Ocidental essa participação aumentou muito pouco (de 10% para 12%). Ao longo do mesmo período, a parte da renda nacional apropriada pelos 50% mais pobres diminuiu de modo acentuado nos Estados Unidos (de pouco mais de 20% em 1980 para 13% em 2016), enquanto na Europa Ocidental houve uma pequena redução na década de 1980 (de 24% para 22%) e, desde então, a proporção se manteve relativamente estável. Esse movimento de concentração de renda no topo da pirâmide social nos Estados Unidos (e a correspondente perda de participação da metade mais vulnerável da população) está relacionado com a estrutura salarial, com a estrutura tributária e com ganhos financeiros.

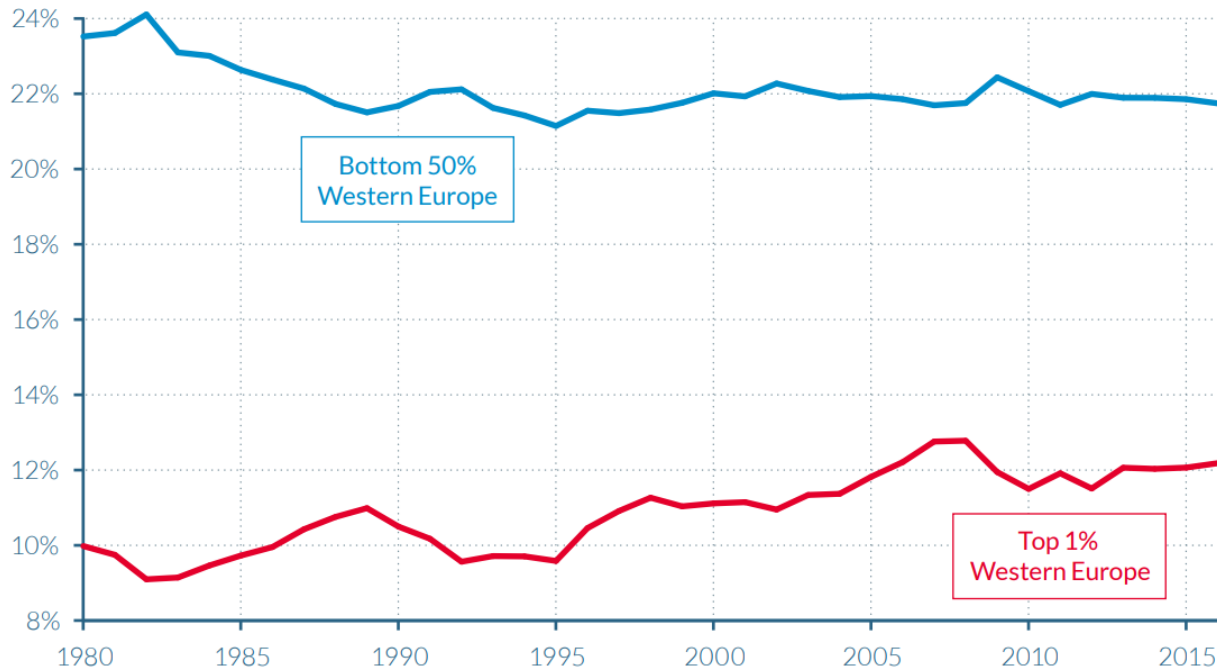
O estudo conclui que a desigualdade de renda deve ser combatida com a implementação de sistemas tributários mais progressivos, capazes de mitigar os níveis de desigualdade; bem como pela criação de um registro financeiro global de ativos (para promover um melhor combate à evasão de divisas e à lavagem de dinheiro). Ademais, é preciso haver maior esforço para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais e aumentar os investimentos públicos em educação, saúde e proteção ao meio ambiente (Alvaredo et al., 2018). A desigualdade social é um fenômeno multidimensional, que exige uma atuação em diversas frentes, mas a distribuição da renda pessoal continua sendo uma questão central. Se a tendência de ampliação da desigualdade se mantiver na maioria dos países, diz o documento, a classe média global se encontrará numa situação cada vez pior.

Gráfico 2. Participação do 1% mais rico e dos 50% mais pobres na renda nacional. Estados Unidos da América, 1980-2016.



Fonte: WID.world (2017). Retirado de Alvaredo et al. (2018).

Gráfico 3. Participação do 1% mais rico e dos 50% mais pobres na renda nacional. Europa Ocidental, 1980-2016.



Fonte: WID.world (2017). Retirado de Alvaredo et al. (2018).

Importa ter presente que os níveis extremos de desigualdade social verificados atualmente, em diversos países, não são um mero reflexo das forças de mercado, processos econômicos neutros, inevitáveis e fora de controle da política. Em larga medida, o crescimento descontrolado da desigualdade social é uma consequência de determinadas políticas de Estado que moldam e definem os mecanismos de concorrência empresarial, o direcionamento da despesa pública, bem como os direitos e os deveres dos agentes econômicos. O arranjo político e a distribuição de poder dentro de cada sociedade são elementos importantes para a compreensão da desigualdade entre os diversos países.

Branko Milanovic (2015), conhecido por seus estudos sobre a desigualdade, afirma: mais de dois terços da desigualdade global entre os indivíduos pode ser explicada pelas desigualdades de rendimentos entre os países. Ou seja, a depender do país em que uma pessoa nasce, vive e constrói a sua vida, ela terá chances muito diferentes de alcançar patamares elevados de renda. O local de nascimento, portanto, é determinante para compreender como as chances de prosperar são distribuídas entre os indivíduos. Ao nascer, segue o autor, cada pessoa se depara com circunstâncias que são inalteráveis: a renda média nacional e a estrutura de rendimentos. Não importa o esforço que cada pessoa seja capaz de fazer, esses dois elementos são circunstâncias pré-estabelecidas, que irão, em larga medida, determinar, condicionar e influenciar os ganhos monetários ao longo de sua vida. Tais elementos, portanto, são fundamentais para compreender os níveis de desigualdade no plano internacional, bem como no âmbito nacional.

Ademais, Milanovic (2020, January-February) pondera que, atualmente, há dois tipos de “capitalismo” vigentes no mundo. Na Europa, América do Norte e em outros países da América Latina e da Ásia, por exemplo, há um sistema largamente baseado na produção dominada pelo setor privado; de outro lado, há o capitalismo liderado pelo Estado, como na China, mas que também mostra sua face em nações como Singapura e Vietnã. O capitalismo “liberal” (o primeiro tipo mencionado), exemplificado pelos Estados Unidos, carrega consigo a democracia e o Estado de direito – virtudes desse tipo de sistema. Todavia, o capitalismo liberal enfrenta, atualmente, um enorme desafio: a ascensão de uma elite cosmopolita, cujo poder e prestígio se assentam no crescimento da desigualdade social. Essa, diz o autor, é a maior ameaça que existe para este tipo particular de capitalismo.

Pela primeira vez, desde a Revolução Industrial, o rendimento médio em países asiáticos está se aproximando dos rendimentos observados na América e na Europa. Contudo, o coeficiente de Gini se elevou nas últimas décadas em alguns países da Ásia onde predominou a racionalidade do mercado. Os Estados Unidos são emblemáticos desse fenômeno, com forte aumento da desigualdade de renda entre 1979 e 2007 (recentemente, voltou a aumentar a partir de 2017). Milanovic assevera que parte desse aumento da desigualdade pode ser

creditado aos efeitos deletérios que a globalização produziu nas estruturas sociais. Todavia, há de se apontar também para o que ocorreu internamente nos países desenvolvidos do Ocidente: enfraquecimento dos sindicatos, estagnação salarial e deslocamento de empregos ligados à manufatura. A combinação desses fatores tem levado a uma queda na fatia da renda total destinada aos trabalhadores, ao passo que a fatia do capital tem aumentado. Isso representa um crescimento do poder econômico e político dos capitalistas, e tende a reforçar os processos que impulsionam a escalada da concentração da renda e da riqueza (Milanovic, 2020, January-February).

3. Aprofundando o debate sobre a desigualdade de renda entre países

Outro autor que se destaca pelos estudos da desigualdade em perspectiva internacional é Gabriel Palma, conhecido por sua inovação metodológica. Palma (2014; 2016) conseguiu demonstrar que a parcela de renda apropriada pelos estratos médios é geralmente semelhante entre os diversos países. O grosso da variabilidade da distribuição da renda, contudo, repousa nos extremos da pirâmide social: no topo e na base. Logo, o índice de Gini não é o indicador mais adequado para captar os diferentes níveis de desigualdade entre as nações. Portanto, além de apontar para uma lacuna importante nos estudos da desigualdade, Palma demonstra também que a teoria neoclássica não consegue explicar por que há uma grande variabilidade entre os níveis de desigualdade no topo e na base da pirâmide social entre os vários países. Tampouco há, na vertente neoclássica, explicações consistentes sobre o porquê dos estratos médios se apropriarem de uma fatia similar da renda nacional, algo que se percebe nos comparativos internacionais. Nesse sentido, Palma joga luz sobre a grande disparidade que existe entre as desigualdades internacionais, a despeito de diversos países apresentarem um traço em comum: as pessoas do topo são “bem educadas” e as situadas na base da pirâmide social receberam uma educação ruim. Logo, os dados coletados por Palma revelam uma verdade inconveniente para a tradição econômica ortodoxa: a educação não é a variável que melhor explica as diferenças na distribuição de renda entre os países.

O índice Palma consiste em mensurar a razão entre as rendas dos 10% mais ricos e os 40% da base, numa tentativa de contornar os problemas apontados envolvendo indicadores que privilegiam os estratos médios para investigar a desigualdade. Nesse sentido, as implicações da análise de Palma (2014; 2016) iluminam aspectos interessantes da desigualdade entre os diferentes países: 1) em primeiro lugar, seus estudos mostram que os estratos do topo tiveram mais facilidade em manter os seus níveis de renda ao longo do tempo; 2) em segundo lugar, os estratos mais ricos possuem capacidades similares de apropriação da renda antes dos impostos, mas que os efeitos tributários estabelecidos pelos diversos países condicionam a parcela da renda abocanhada por estes segmentos; 3) em

terceiro lugar, numa comparação internacional, os países com mais investimentos tendem a apresentar menores níveis de desigualdade, colocando dúvidas sobre a explicação convencional que versa sobre o hiato salarial de trabalhadores qualificados x trabalhadores não qualificados. Diante disso, pode-se tirar duas conclusões importantes: i) o índice de Gini não é o indicador mais adequado para compreender a desigualdade; e ii) a taxa de tributação é relevante para explicar as diferenças de apropriação da renda entre os mais ricos nos vários países (Iyer, 2019).

Assim, o estudo de Palma é capaz de responder perguntas como: por que países da América Latina e a África do Sul possuem tamanha desigualdade de renda? Como é possível explicar a diversidade da desigualdade entre os países, se, na maioria deles, as pessoas do topo da pirâmide social possuem níveis similares de educação, enquanto os mais pobres detêm a mesma precariedade educacional? Palma (2016) comenta que, correndo o risco de dizer o óbvio, são os fatores políticos, institucionais e a natureza do pacto político de cada nação os elementos determinantes da desigualdade em cada local. A interação e a “expressão concreta” desses fatores pode explicar uma parte importante das especificidades da desigualdade social em cada país. O autor, portanto, rejeita as explicações que justificam o crescimento da desigualdade por meio de teorias economicistas, ou via elementos “exógenos”. Em última instância, a desigualdade é uma responsabilidade dos arranjos específicos e particulares de cada sociedade. Portanto, “a desigualdade é uma escolha” (Stiglitz, 2015).

Outro aspecto importante que merece ser citado é a evasão fiscal. Segundo a Oxfam (Fuentes-Nieva & Galasso, 2014), a evasão fiscal produz resultados negativos para a desigualdade social: os super ricos e os conglomerados poderosos exploram as falhas dos sistemas tributários com o intuito de fugir de suas obrigações fiscais. Quem paga o preço pela evasão fiscal são os pobres, diz a organização. Para mais, o documento elaborado pela organização, publicado em 2014, alerta para os perigos que a escalada de desigualdade pode trazer. Consoante a publicação citada, algum grau de desigualdade é desejável para estimular o crescimento e o progresso. Porém, os índices extremados de desigualdade social, verificados atualmente, trazem impactos negativos para o crescimento econômico e para a redução da pobreza, ademais, multiplicam os problemas sociais. Além de ser moralmente questionável, os elevados níveis de desigualdade permitem que a concentração da riqueza “capture” a política governamental, ao favorecer os ricos em detrimento do restante da população.

O caso brasileiro, vale acrescentar, é especialmente didático para compreender os efeitos da injustiça tributária sobre a desigualdade de renda. Estudo realizado por Gobetti e Orair (2015) aponta que os ricos no Brasil pagam, em proporção de sua renda, uma fatia menor de impostos do que pagam os estratos menos favorecidos da população. Essa distorção pode ser atribuída ao sistema tributário nacional, que fornece tratamento favorável a

aplicações financeiras e isenta a distribuição de lucros e dividendos, resultando em baixa progressividade tributária. O documento conclui que o Brasil – um país de extrema desigualdade – é um paraíso tributário para os super ricos, combinando baixo nível de tributação sobre aplicações financeiras, uma das mais elevadas taxas de juro do mundo e uma prática incomum de isentar a distribuição de dividendos de imposto de renda na pessoa física.

É de suma importância compreender de que maneira que a institucionalidade dos países pode conduzir a maiores, ou menores, índices de desigualdade. A fragmentação do poder dos sindicatos, o fato de que os ganhos de produtividade das últimas décadas não foram repassados aos salários e a redução de impostos para os ricos são forças que impulsionam a desigualdade. Juntas, tais fontes da desigualdade concorreram para diminuir a parcela da renda nacional repassada aos salários, à medida que os lucros seguiram aumentando. Assim, pode-se afirmar que os governos são agentes que detém os instrumentos político-econômicos chaves para prevenir a escalada da desigualdade social. É evidente, todavia, que os instrumentos para conter a desigualdade social não estão sendo utilizados para este fim, algo que configura um problema intimamente relacionado ao crescente poder que as elites econômicas têm em influenciar a formulação das políticas públicas (Apel, 2015).

Joseph Stiglitz (2011/2016) afirma que níveis elevados de desigualdade trazem malefícios para a sociedade. O autor diz que a desigualdade, numa economia capitalista, deve refletir as diferentes contribuições que cada indivíduo fornece para a sociedade. Contudo, quando a desigualdade deixa de refletir a contribuição individual de cada um, mas, sim, a capacidade de apropriação (injusta) de renda ou de benefícios econômicos diversos, tem-se um sinal de que a economia não está funcionando bem. Portanto, uma sociedade com níveis alarmantes de desigualdade será menos produtiva e menos eficiente, haverá menos produtividade e menos oportunidades de ascensão social. Para mais, a democracia sofrerá com descrédito e distorções de representação.

Se, por um lado, Stiglitz (2011/2016) destaca os imensos obstáculos para se conseguir que os frutos do crescimento econômico sejam distribuídos mais equitativamente, por outro, o autor argumenta que a desigualdade é, essencialmente, um problema político. Ou seja, ainda que a globalização, o desemprego ou a financeirização sejam processos que trouxeram, cada um à sua maneira, mais complexidade para o assunto, a solução para o crescimento da desigualdade social passa pela elaboração de uma regulação econômica capaz de estabelecer um novo pacto social. A despeito das dificuldades, o autor conclui que é possível combater a escalada da desigualdade: as forças do mercado são, primeiramente, moldadas pela política, pelas leis e pela forma como as democracias modernas elaboram um quadro legal para os agentes operarem. Contudo, de que lado virá a pressão política para a criação deste novo pacto social? Stiglitz diz: uma das possibilidades repousa na luta social, os 99%;

outra opção reside no reconhecimento, pelos 1% mais ricos, de que um sistema econômico que opera para o benefício de uma ínfima minoria é, na realidade, prejudicial a todos, inclusive para os ricos. É forçoso observar que Stiglitz escreveu no contexto de 2011. Desde então, a desigualdade social seguiu aumentando. Não há evidência alguma de que os 1% mais ricos nos Estados Unidos estão realmente incomodados com o crescimento da desigualdade.

As preocupações com a escalada da desigualdade social se tornaram mais claras após a densa investigação realizada pelo economista Thomas Piketty, em *O capital no século XXI*. Ele faz uma rica análise da desigualdade (de renda e de patrimônio), que remonta ao século XVIII, vindo até os dias atuais. O economista francês descobre que não somente houve um crescimento brutal da desigualdade social nas últimas décadas, mas que os níveis de desigualdade estão chegando aos picos mais altos já verificados – tal como o período que precede a Primeira Guerra Mundial. A mensagem do autor é clara e não pode ser menosprezada: a desigualdade social é um problema urgente (Piketty, 2014).

Após demonstrar detalhadamente a evolução da desigualdade social em diversos países, Piketty busca tirar algumas conclusões do processo analisado. O autor sustenta que uma das soluções mais eficazes para conter o crescimento da desigualdade social, mantendo a abertura econômica e as forças da concorrência, repousa na criação de um imposto sobre o patrimônio em âmbito global. Para mais, ele também destaca duas inovações institucionais relevantes do século XX: o imposto progressivo sobre a renda e o imposto progressivo sobre as heranças. Essas duas instituições, cumpre acrescentar, cumpriram um papel fundamental na redução das desigualdades ao longo do século XX, mas que, hoje, encontram-se ameaçadas pela concorrência fiscal entre os diversos países. Ou seja, a progressividade tributária possui estreita relação com a dinâmica da desigualdade patrimonial (Piketty, 2014).

Robert Wade (2014), que também investigou o crescimento da desigualdade nos anos recentes, ajuda a entender o imenso sucesso do livro de Piketty: em primeiro lugar, a obra citada enfrenta crenças econômicas controversas sobre as elites e a desigualdade; secundariamente, a desigualdade emerge como um tópico polêmico, mormente depois da crise financeira de 2008; em terceiro lugar, o livro fornece dados e justificações teóricas que legitimam medos e ansiedades das classes médias; e, por derradeiro, o livro analisa a desigualdade por meio de uma lente “convencional”, que se afasta de teorias e explicações mais “radicais”, reduzindo seu aspecto “ameaçador”. Tendo em vista que o livro de Piketty demonstra que as políticas públicas e as instituições de cada país têm grande papel em explicar as desigualdades nacionais, Wade pondera: a desigualdade e o capitalismo possuem uma relação menos umbilical do que alguns tentam pintar.

Wade (2014) destaca que até analistas do Fundo Monetário Internacional (Ostry, Berg, & Tsangarides, 2014) verificaram que, ao contrário do que prega a sabedoria econômica

convencional, não existe um *trade-off* entre mais igualdade social e crescimento econômico. Na realidade, os dados não somente rejeitam tal hipótese, mas também colocam em evidência que a redistribuição de renda possui efeitos *pró-crescimento*, uma vez que os elevados índices de desigualdade produzem uma economia menos produtiva. Ademais, não há dados que provem que o uso de políticas fiscais voltadas à redistribuição de renda cause danos ao crescimento econômico. Para terminar, tais analistas concluem que uma economia menos desigual está relacionada a um crescimento econômico mais vigoroso e mais duradouro.

Os economistas do FMI também se debruçaram sobre os efeitos, positivos ou negativos, que a liberalização da conta de capitais pode trazer para o produto total e para a distribuição de renda. Nos casos analisados, os resultados do estudo demonstraram que a liberalização da conta de capitais trouxe efeitos limitados no incremento do produto, enquanto, por outro lado, houve um aumento significativo na desigualdade social. Nos países investigados, os resultados variam conforme o tamanho e a “profundidade” do mercado financeiro. Todavia, o estudo sugere que a liberalização da conta de capitais tem o potencial de diminuir a parcela da renda nacional apropriada pelos trabalhadores, principalmente quando se considera uma economia com indústrias dependentes do mercado financeiro internacional, com maior facilidade para “ajustar” a força de trabalho em períodos de crise. Os autores advertem, cuidadosamente: países que almejam diminuir a desigualdade social não devem realizar a liberalização da conta de capitais de forma indiscriminada (Furceri, Lougani, & Ostry, 2019).

Uma das lições fundamentais do livro de Piketty, diz Wade (2014), está no fato de o capitalismo estar perdendo sua aura de legitimidade, à medida que a concentração de renda diminui o crescimento econômico e traz uma série de outras mazelas sociais que não afetam somente os pobres, mas também a classe média. A ideia de que o capitalismo fornece os incentivos e os prêmios para os que trabalham duro e estimulam a inovação, e *ao mesmo tempo distribui os benefícios materiais do crescimento para a população*, não parece se sustentar à medida que os interesses públicos são capturados pelas elites econômicas, e as políticas públicas criadas acentuam a desigualdade. Por fim, reverter o crescimento da desigualdade social envolve a rejeição de pressupostos econômicos que ocultam uma simples constatação: o avanço da desigualdade é um problema que precisa ser enfrentado imediatamente.

Wade (2013) argumenta que um dos maiores custos da concentração de riqueza e renda nos estratos superiores é o custo político. A concentração da riqueza corrói o pacto social que liga os cidadãos aos Estados, à medida que os recursos nacionais ficam cada vez mais espremidos entre os ganhos extraordinários dos ricos, e o restante que deverá ser dividido pela população. O maior poder político/econômico das elites em transformar suas

vontades em políticas públicas favorece a criação de um Estado plutocrático, em que o poder do Estado é voltado a facilitar a transferência da riqueza da sociedade para os estratos sociais superiores.

No panorama hodierno, em que o poder econômico do 1% mais ricos é capaz de influir desproporcionalmente nos processos políticos, há uma desigualdade na representação dos interesses da população. As regras do jogo são definidas conforme as orientações dos endinheirados, voltadas para o benefício dos poderosos e favorecendo o enriquecimento dos abastados. David Cameron, que atuou como Primeiro Ministro no Reino Unido, deu um exemplo didático acerca da influência dos ricos sobre a formulação de políticas públicas. Em 2013, Cameron bloqueou os planos para a criação de um imposto sobre mansões (casas cujo valor ultrapassasse de 2 milhões de libras): em suas palavras, *“nossos doadores nunca concordariam com isso”* (Hope & Watt, 2013, September 27).

Outro exemplo que merece ser citado: estudo realizado na área metropolitana de Chicago investigou as opiniões e preferências políticas dos endinheirados, com o objetivo de analisar de que modo as posições políticas dos ricos diferem das posições políticas do norte-americano “mediano”. Um dos primeiros resultados que merece destaque é o fato de que os norte-americanos mais ricos são altamente ativos na política quando comparados ao típico cidadão “médio”: entre os ricos, dois terços deles contribuíram financeiramente para campanhas políticas, ao passo que, em comparação à população como um todo, apenas 14% dos norte-americanos declararam que contribuíram financeiramente para candidatos ou partidos. Outro mecanismo de influência que merece ser considerado é a possibilidade de “acesso pessoal” a funcionários do governo: metade dos entrevistados declarou que entrou em contato com pessoas na esfera federal, sendo que 40% destes contataram o próprio senador e 37% tiveram contato com seu próprio representante. Diversos dos entrevistados, inclusive, se referiram ao seu “contato” pelo primeiro nome, revelando um elevado grau de intimidade. Sobre os assuntos travados nos encontros, um dos entrevistados mencionou: *“Eu tenho ações de diversos bancos. Eu estava preocupado com a legislação que ele (um senador) estava elaborando, que eu acho que pode ser ruim para os bancos.”* Ou seja, o estudo corrobora a ideia de que há uma marcante desigualdade na representatividade dos cidadãos na política, que varia conforme a renda (Page, Bartels, & Seawright, 2013).

Ademais, a pesquisa traz outras informações interessantes sobre a preferência política e econômica dos estratos superiores, particularmente ao que diz respeito aos temas que devem merecer prioridade na agenda governamental. Quando os entrevistados foram solicitados a classificar os problemas do país pelo seu grau de importância, no topo da lista, considerado o problema mais importante, com 32% das respostas, estavam os déficits orçamentários. Por outro lado, apenas 11% dos entrevistados citaram o desemprego e a

educação como os problemas mais importantes nos Estados Unidos. Com relação aos níveis de despesa governamental, outro tema importante da pesquisa, as preferências dos ricos se inclinaram a favor de cortes na despesa, em vez da expansão de gastos públicos em subsídios, saúde, seguridade social, programas de emprego ou programas de apoio a outras nações. Sobre o tema “desigualdade”, a pesquisa revelou sinais contraditórios, mas dentro do esperado: 62% dos entrevistados afirmaram que as diferenças de renda nos Estados Unidos são muito grandes. Porém, 87% dos entrevistados disseram que “não é responsabilidade do governo reduzir as diferenças de renda”. Por fim, 83% dos entrevistados se posicionou contra a redistribuição da riqueza por meio de mais impostos sobre os ricos (Page, Bartels, & Seawright, 2013).

O estudo sugere que é preciso fazer uma pesquisa mais vasta para incluir outras regiões do país, mas não há razão para acreditar que os resultados seriam diferentes no plano nacional. Ainda que exista a possibilidade de distorções em função do tamanho da amostra, a pesquisa fornece um primeiro olhar sobre as preferências políticas dos ricos nos Estados Unidos e joga luz sobre suas possíveis implicações na elaboração das políticas públicas. As evidências dão apoio à ideia de que os ricos estão menos propensos a aceitar que se faça “o que for preciso” para garantir oportunidades educacionais e saúde para todos. Diante disso, e considerando que os ricos têm mais acesso e possibilidades de influência na formulação das políticas públicas, identifica-se um obstáculo para fazer valer o ideal democrático de que a política deve refletir (ou pelo menos levar em consideração) os interesses de todos os cidadãos (Page, Bartels, & Seawright, 2013).

20

Considerações finais

O crescimento da desigualdade social em muitos países é um resultado de décadas de políticas econômicas equivocadas e de negligência com relação à distribuição de renda. Em primeiro lugar, cumpre observar que a escalada da concentração de renda está intimamente relacionada com determinadas políticas públicas que beneficiam uma pequena parcela mais rica da população em detrimento da maioria.

Os adeptos da “teoria do gotejamento”, crenças de que mais enriquecimento dos ricos implica, necessariamente, em melhoria da condição de vida dos pobres, dizem que a desigualdade não é sequer um problema, mas uma condição para o crescimento da economia. Nessa forma de pensar, a desigualdade gera os incentivos necessários para que o empreendedorismo possa florescer, estimulando o aumento da produtividade, fazendo que todos os indivíduos, eventualmente, se beneficiem em longo prazo. Entretanto, essa tese não sobrevive a uma rigorosa investigação empírica: o aumento da desigualdade não veio acompanhado de crescimento econômico mais vigoroso e duradouro. Pelo contrário,

economistas do FMI já descobriram que uma distribuição de renda mais igualitária traz resultados benéficos para a economia.

A desigualdade de renda não é, como restou claro nas páginas anteriores, um resultado de transformações tecnológicas neutras, inevitáveis. Seu crescimento está, na verdade, ligado à institucionalidade e às políticas públicas implementadas em cada país, o que também explica, em parte, as diferenças na distribuição de renda no cenário internacional. Entre as medidas que podem ser adotadas para combater esse problema, a literatura destaca: sistemas tributários mais progressivos, políticas fiscais ativas para a geração de emprego e para a redistribuição de renda, mais poder às instituições que representam os trabalhadores, aumento do salário mínimo, entre outras.

Não se trata de um problema de falta de ferramentas para conter o crescimento da desigualdade de renda. Pode-se taxar os supersalários, taxar grandes fortunas, isentar os que recebem baixos salários, aumentar os investimentos nos serviços públicos, buscar uma relação mais igualitária da distribuição dos frutos econômicos entre o capital e o trabalho. Há meios de sobra para conter a escalada da desigualdade social.

Parece evidente que o grande obstáculo à criação de uma sociedade mais igualitária não está no campo econômico, e sim na esfera política: o entrave está numa correlação desfavorável das forças sociais, que bloqueia qualquer tentativa de criação e implementação de políticas públicas que busquem redistribuir a renda e desconcentrar a riqueza. A partir do momento em que a política não responde mais aos anseios da população, o aparato estatal volta a ser basicamente um instrumento da classe dominante, e a representação democrática se torna um mecanismo inoperante e ineficaz para executar qualquer tipo de transformação social.

A história demonstra que é possível conter a escalada da desigualdade social. Não se trata de um problema de falta de ferramentas para realizar essa empreitada, mas de capacidade política para isso. Parte do problema está na “blindagem” que as democracias modernas criaram para dificultar que a vontade da maioria prevaleça sobre o poder econômico; infelizmente, a outra parte do problema reside na obstinação das elites econômicas ao defender seus privilégios, influir nos processos democráticos e distorcer a elaboração de políticas públicas.

No passado, a vontade política para conter a desigualdade social somente se fortaleceu após duas guerras mundiais, a crise de 1929, a grande depressão econômica, o nazismo e o fascismo. Espera-se que, no século XXI, a história se desenrole de maneira diferente.

Referências

- Acemoglu, D., & Autor, D. (2012). What does human capital do? A review of Goldin and Katz's The race between education and technology. *Journal of Economic Literature*, 50(2), 426–463. <https://doi.org/10.1257/jel.50.2.426>
- Alvaredo, F., Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (Coord.) (2018). *World Inequality Report 2018*. World Inequality Lab. <https://wir2018.wid.world/>
- Apel, H. (2015). Income inequality in the U.S. from 1950 to 2010: The neglect of the political. *Real-World Economic Review*, (72), 2–15. <http://www.paecon.net/PAERReview/issue72/Apel72.pdf>
- Becker, G. (1964/1994). *Human capital*. 3rd ed. New York: Columbia University Press.
- Bobbio, N. (1999). *As ideologias e o poder em crise*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Chang, H.-J. (2013). *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Cultrix.
- Feldstein, M. (1998). Overview. "Income Inequality: Issues and policy options". [Symposium Proceedings, pp. 357-367], Federal Reserve Bank of Kansas City, Jackson Hole, Wyoming. <https://www.kansascityfed.org/PUBLICAT/SYMPOS/1998/S98feldstein.pdf>
- Fuentes-Nieva, R., & Galasso, N. (2014). Working for the few: Political capture and economic inequality. [Oxfam Briefing Paper 178]. <https://www.oxfam.org/en/research/working-few>
- Furceri, D., Loungani, P., & Ostry, J. D. (2019). The aggregate and distributional effects of financial globalization: Evidence from macro and sectoral data. *Journal of Money, Credit and Banking*, 51(S1), 163–198. <https://doi.org/10.1111/jmcb.12668>
- Gobetti, S. W., & Orair, R. O. (2016). Tributação e distribuição da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações tributárias das pessoas físicas. [IPCIG Working Paper n. 136], Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, PNUD, Brasília. https://ipci.org/pub/port/WP136PT_Tributacao_e_distribuicao_da_renda_no_Brasil_novas_evidencias_a_partir_das_declaracoes_tributarias_das_pessoas.pdf
- Hope, C., & Watt, H., (2013, September 27). Cameron opens talks with Clegg on second Coalition. *The Telegraph*. United Kingdom. <http://www.telegraph.co.uk/news/politics/david-cameron/10340948/Cameron-opens-talks-with-Clegg-on-second-Coalition.html>
- Howell, D. R. (2013, December 4). The great laissez-faire experiment: American inequality and growth from an international perspective. Center for American Progress. <https://www.americanprogress.org/issues/economy/reports/2013/12/04/80408/the-great-laissez-faire-experiment/>
- Howell, D. R., & Wieler, S. S. (1998). Skill-biased demand shifts and the wage collapse in the United States: A critical perspective. *Eastern Economic Journal*, 24(3), 343–366. <https://www.jstor.org/stable/40325878>
- Iyer, D. (2019). Understanding diversities of inequality using the Palma Ratio. [Research Gate]. https://www.researchgate.net/publication/330259132_Understanding_Diversities_of_Inequality_using_the_Palma_Ratio

- Lucas, R. (2004, May 1). The industrial revolution: Past and future. [2003 Annual Report, vol. 18, pp. 5-20], Federal Reserve Bank of Minneapolis.
<https://www.minneapolisfed.org/article/2004/the-industrial-revolution-past-and-future>
- Milanovic, B. (2005). *Worlds apart: Measuring international and global inequality*. Princeton University Press.
- Milanovic, B. (2015). Global inequality of opportunity: how much of our income is determined by where we live? *Review of Economics and Statistics*, 97(2), 452–460.
https://doi.org/10.1162/REST_a_00432
- Milanovic, B. (2020, January-February). The clash of capitalisms: The real fight for the global economy's future. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2019-12-10/clash-capitalisms>
- Mincer, J. (1996). Economic development, growth of human capital, and the dynamics of the wage structure. *Journal of Economic Growth*, 1(1), 29–48.
<https://doi.org/10.1007/BF00163341>
- Ostry, M. J. D., Berg, M. A., & Tsangarides, M. C. G. (2014). Redistribution, inequality, and growth. [IMF Staff Discussion Note, SDN/14/2, April], International Monetary Fund.
<https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf>
- Page, B. I., Bartels, L. M., & Seawright, J. (2013). Democracy and the policy preferences of wealthy Americans. *Perspectives on Politics*, 11(1), 51–73.
<https://doi.org/10.1017/S153759271200360X>
- Palma, J. G. (2014). Has the income share of the middle and upper-middle been stable over time, or is its current homogeneity across the world the outcome of a process of convergence? The 'Palma Ratio' revisited. [Cambridge Working Papers in Economics, CWPE 1437], University of Cambridge. <https://doi.org/10.17863/CAM.5840>
- Palma, J. G. (2016). Do nations just get the inequality they deserve? The “Palma ratio” re-examined. [Cambridge Working Papers in Economics, CWPE 1627], University of Cambridge.
<https://doi.org/10.17863/CAM.1089>
- Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Quiggin, J. (2010). *Zombie economics*. New Jersey: Princeton.
- Schultz, T. W. (1967). *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Stiglitz, J. E. (2015). *The great divide: Unequal societies and what we can do about them*. New York: W. W. Norton.
- Stiglitz, J. E. (2011/2016). *O preço da desigualdade*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Wade, R. H. (2012). Why has income inequality remained on the sidelines of public policy for so long? *Challenge*, 55(3), 21–50. <https://doi.org/10.2753/0577-5132550302>
- Wade, R. H. (2013). How high inequality plus neoliberal governance weakens democracy. *Challenge*, 56(6), 5–37. <https://doi.org/10.2753/0577-5132560601>

Wade, R. H. (2014). The Piketty phenomenon and the future of inequality. *Real-World Economics Review*, (69), 2–17. <http://www.paecon.net/PAEReview/issue69/Wade69.pdf>

Recebido em 30 de março de 2020.

Revisado em 13 de outubro de 2020.

Aprovado em 10 de novembro de 2020.